

Cadanços solidários em Cabo frio: trabalhadores, política e imprensa na greve de 1960

Walter Luiz Carneiro de Mattos Pereira¹

Resumo. O artigo pretende analisar a greve de 1960, dos trabalhadores químicos da empresa estatal, Companhia Nacional de Alcalis – CNA, em conjunto com os trabalhadores das salinas de Cabo Frio, no litoral norte do Rio de Janeiro, especialmente pelo significado da solidariedade impressa ao movimento. Contando com referências ao populismo, ao trabalhismo e ao sindicalismo, defendemos a partir da redução de escala, referenciada por um estudo de caso, ser possível recuperar estratégias e experiências dos trabalhadores, percebidas na participação ativa como sujeitos da história, contrapondo-se a idéia de sujeição ou tutela ao Estado.

Palavras-chave: Trabalhadores. Populismo. Sindicatos e greves.

O melhor poema do operário moderno é o sindicato. Nele ele desfolha a poesia de sua dor, de suas conquistas, de suas reivindicações, que são iguais – irmãs gêmeas, na forma, na cor e no conteúdo da poesia da coletividade, poema que os oradores recitam, sem o fundo musical de melodias lentas, tendo as vezes, a polícia vigiando àqueles que dizem um verso forte, fora do compasso da Ordem Social, algo destoante, de ressonância áspera... a poesia de todos, cuja desobediência ao método da métrica poética da sociedade vigente, constitui crime, a nossa poesia, que estua nos esgares da angústia

¹ Professor Adjunto, DE, na área de História Econômica, do Departamento de Fundamentos das Ciências da Sociedade, do Instituto de Ciências da Sociedade e do Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal Fluminense, em Campos dos Goytacazes. E-mail: walteroereira@globo.com

da classe operária. A tua classe. A minha classe. A nossa classe [...]. Accioly Lopes (1962, p. 99-100), trabalhador da Companhia Nacional de Alcalis.

Introdução

Os trabalhadores da região salineira fluminense viveram dias difíceis em 1960. O ano foi marcado por greves de solidariedade ocorridas em Cabo Frio, litoral norte fluminense, onde se achava instalada, no distrito de Arraial do Cabo, a Companhia Nacional de Alcalis – CNA, empresa estatal destinada à produção de álcalis sódicos (soda cáustica e barrilha). Criada por Getúlio Vargas, durante o Estado Novo, a CNA só entraria em pleno funcionamento em 1960, depois de uma série de contratemplos que quase inviabilizaram a empresa, um dos ícones do modelo nacional-desenvolvimentista no país. Plantada numa antiga vila de pescadores, expressão da modernidade industrial, a CNA entraria em operação, coincidentemente, em tempos de esgotamento daquele mesmo modelo (PEREIRA, 2009).

No primeiro ano de operação da empresa, os trabalhadores mobilizaram-se para realizar uma greve, pela eficácia de acordos salariais firmados e pelo cumprimento de outras cláusulas trabalhistas negociadas com a CNA. Essa súbita organização dos trabalhadores em uma fábrica recentemente instalada reforça os argumentos sobre o “fazer-se” da classe operária a partir de suas experiências e tradições. O movimento permitiu a construção de uma rede de solidariedade com os demais trabalhadores da região, em especial os trabalhadores das salinas ao redor da Lagoa de Araruama. O engajamento dos trabalhadores em Cabo Frio implicava, para além da organização sindical, a expressão de ideais político-partidários nacionais, com implicações locais. Nesse palco de ação política ampliada, o impacto causado pela greve solidária de 1960 levou ao forte controle e repressão que se impôs à população local ao longo daquele ano.

O estudo sobre a greve de Cabo Frio implica decompor associações e aproximações do movimento com setores do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB e com o Partido Comunista Brasileiro

– PCB, expressos na base política e sindical em Cabo Frio, respectivamente. O primeiro, pela liderança trabalhista exercida pelo prefeito Edilson Duarte, colocando o poder municipal em campo estratégico; o segundo, pela ação dos comunistas nos sindicatos desfrutando de ampla aliança através do Conselho Sindical de Cabo Frio. No outro pólo, estava o Partido Social Democrático – PSD e seus coligados, organizados em torno dos interesses da indústria salineira local, sob o comando de Miguel Couto Filho, proprietário da maior salina da região, a Companhia Salinas Perynas. No confronto, os jornais cumpriam um papel de relevo, ao sabor de suas preferências ideológicas pelas disputas travadas entre trabalhadores e empresários, com destaque para *Ultima Hora* e *O Globo*, respectivamente. Embora fossem jornais com sede em Niterói e no Rio de Janeiro, suas páginas alçavam o movimento dos trabalhadores em Cabo Frio como tema de interesse nacional. Sintonizados com o movimento estavam, também, os periódicos especializados como *Novos Rumos*, ligado ao PCB e *Classe Operária*, ao Círculo Operário Católico. Nesse sentido, o recurso a fonte impressa traz à cena a posição dos atores sociais individuais ou coletivos e suas redes de articulação. Nessa teia costurada entre partidos políticos, organizações sindicais e jornais encontram-se os três vértices do texto: a greve, seus desdobramentos e a repressão.

Sem abrir mão do dinâmico e instigante debate sobre populismo, trabalhismo e sindicalismo no Brasil, a análise do contexto só tem a ganhar com a possibilidade da redução de escala. A perspectiva de trabalhar com uma realidade ampliada coloca o local em destaque na análise do processo histórico, como vem demonstrando os trabalhos mais recentes. Posto isso, Cabo Frio deve ser percebido como um espaço dinâmico para se avaliar a potencialidade das relações diversas, aprofundando a conexão do tempo histórico com os lugares. O movimento dos trabalhadores locais revela essa aproximação pela greve solidária de 1960. Portanto, esse artigo cede ao argumento da necessidade de expansão dos estudos sobre a história do sindicalismo e dos trabalhadores no Brasil, em espaços regionais definidos, com destaque para o controle e a repressão por parte do Estado (MATTOS *et alli*, 2006). Ao debruçarmos sobre os contornos da solidariedade construída na greve de 1960, em Cabo Frio, é possível distinguir as estratégias montadas a partir das bases,

para garantir um espaço político à classe trabalhadora, ao ampliar sua capacidade de mobilização.

222

Greve

O pleno funcionamento da CNA, com a inauguração da etapa final da empresa, em junho de 1960, coincidiu com a intensificação dos movimentos de trabalhadores no Brasil, em especial pelo aumento do número de greves. Em Cabo Frio, não seria diferente. Os trabalhadores da CNA agendaram sua primeira greve para coincidir exatamente com a visita do presidente da República à cidade, para a inauguração da última fase de expansão da CNA, a mais importante, destinada a produção da barrilha¹. Demonstrando irritação com a provocação dos trabalhadores, Juscelino Kubitschek não compareceria à solenidade. O calendário de greves impresso pelos trabalhadores da CNA desde a sua entrada em operação foi marcante. Como diria o antigo trabalhador, Hilson Cleto, “Tudo a gente só conseguia no grito... todos os direitos na Álcalis foram ganhos na greve e no grito”². A forte organização sindical na cidade contagiou os trabalhadores das salinas e abriu um processo de unificação de lutas entre a classe trabalhadora local.

Para Marcelo Badaró (2006), as greves de solidariedade eram movimentos participativos, organizados a partir do local de trabalho e com integração visível entre demandas políticas gerais e bem sucedidos encaminhamentos de reivindicações econômicas. O movimento dos trabalhadores na indústria química de Cabo Frio inspirou salineiros, estivadores, portuários e ceramistas. Sob liderança do Conselho Sindical de Cabo Frio, os diversos sindicatos locais eram dirigidos, em quase sua totalidade, por lideranças comunistas. Antônio Negro (2004) chama a atenção para o mundo que os trabalhadores estavam criando, com suas idéias, tradições e estratégias, a partir das fábricas e das ruas, mundo esse que se entreabriu mais uma vez, em 1960, no último ano do governo Juscelino Kubitschek, com greves realizadas por queixas econômicas legítimas e por ativismo político. A posição dos trabalhadores implicaria, inclusive, a desistência de JK, de ser “mole” com o Partido Comunista, ao sinalizar com práticas

violentas para reprimir as greves. Entretanto, para Negro, esse giro possibilitou aos trabalhadores saírem da “fragilidade organizativa” e entrarem no espaço da organização superpolítica.

No início dos anos 1960, as bases sindicais locais passaram a estreitar seus contatos com certas proeminências políticas regionais e locais. Em Cabo Frio, o deputado federal pelo PTB, Bocayúva Cunha, vice-presidente do jornal *Última Hora*, participaria de encontros com as principais lideranças sindicais da região, dentre eles Leci Gomes da Costa, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Extração de Sal; Venâncio Teixeira de Melo Júnior, presidente do Sindicato dos Estivadores de Cabo Frio; Paulo de Almeida, presidente do Sindicato dos Arrumadores de Cabo Frio; José Neto do Vale e Altamiro Ignácio de Oliveira, respectivamente, presidente e tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Química de Cabo Frio; Valter Trindade, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil; Pedro Maia Filho, advogado dos sindicatos e Joselino Marques de Almeida, presidente do diretório do PTB local³. Bocayúva Cunha destacara que a presença de amplas lideranças sindicais locais, do “progressista município fluminense”, era uma demonstração de maturidade do movimento sindical no País. Segundo ele, ficava para trás, o “peleguismo que infelizmente marcava o nascente sindicalismo brasileiro ainda poucos anos atrás”. O político fluminense via na organização da classe trabalhadora em Cabo Frio, o peso da unificação de seus interesses que, para aquele parlamentar, constituía-se de uma nova agenda na história do sindicalismo brasileiro:

[...] impressionam pela seriedade com que abordam os problemas sociais, e nacionais, por sua fidelidade aos interesses de sua classe, pela maneira ativa com que guardam a sua condição de representantes eleitos de uma coletividade. Este é um fato extremamente auspicioso, não apenas para o proletariado, mas para toda a Nação brasileira que muito depende, para vitória em seu movimento de emancipação política e econômica, da consolidação e do crescimento do movimento sindical em nosso país⁴.

Dito por Bocayuva Cunha, dono de uma postura política conciliadora e reformista, trata-se de uma consideração apreciável sobre o grau de organização dos sindicatos locais. Entretanto, o real motivo de sua visita à cidade praiana e industrial, no primeiro mês daquele ano, era tentar uma rápida solução para superar o esgotamento das relações entre a direção da CNA e o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química de Cabo Frio. A CNA insistia em hostilizar o sindicato que reunia mil e setecentos trabalhadores, ignorando e contrariando sistematicamente suas reivindicações: “Nem os mais retrógrados patrões capitalistas ousariam tanto”, argumentou. O clima no distrito de Arraial do Cabo era tenso. Havia um ambiente hostil de perseguições a militantes sindicais por parte da CNA, na tentativa de neutralizar o movimento. As circunstâncias surgiram em face da recusa da empresa estatal em pagar o adicional de insalubridade e periculosidade a que os trabalhadores teriam direito, conforme determinação do Ministério do Trabalho. A insatisfação aumentara pela intensificação dos protestos contra o acossamento imposto dentro da empresa, pelo superintendente, coronel Aluizio da Silva Moura. O militar do Exército, fechado ao diálogo com o Sindicato, decidira instruir pela demissão daqueles que apoiassem a lide sindical⁵.

Indignados, os trabalhadores da CNA, reunidos em Assembléia no dia 29 de Janeiro de 1960, aprovaram, por unanimidade, uma proposta pedindo a saída do superintendente-coronel da empresa, propondo uma greve para o final do mês de fevereiro, se até aquela data a CNA não se pronunciasse a respeito do pagamento do adicional de insalubridade e de periculosidade, determinado pelo próprio governo. Além disso, a empresa não começara a honrar o reajuste geral dos salários, além de desprezar outras reivindicações. O problema prolongou-se, sem solução, até maio de 1960, por “descaso ou por vontade de desmoralizar o Sindicato” nas palavras do seu presidente, José Neto do Vale. Até então, a CNA não se dispunha, minimamente, a perceber a urgência no encaminhamento de um calendário de negociação. Instalou-se, portanto, um clima de revolta e descontentamento geral, pela atitude impassível da empresa em não buscar soluções para o impasse que vinha se arrastando desde dezembro de 1959. A posição irredutível da empresa estatal fez o

sindicato convocar uma Assembléia Geral para o dia 25 de maio, para definir um prazo final para que a CNA se dispusesse a pagar o que era devido⁶. Não se deve deduzir, portanto, que por tratar-se de uma empresa sob controle do Estado, isso significasse que as negociações fossem mais fáceis.

O início da greve foi marcado para o dia 31 de maio. Em manifesto lançado ao povo e aos trabalhadores de Cabo Frio e de todo o Estado, os trabalhadores da CNA puderam expor as razões que os levaram à paralisação e buscar o apoio da sociedade, para o imediato e desejado desfecho positivo em torno das suas propostas. José Neto do Vale, presidente da entidade sindical esclarecia os motivos pelos quais a greve foi decretada:

Nosso Sindicato, depois de longas negociações, e após vencer um período de completa apatia da CNA, pela solução do problema da insalubridade, conseguiu, com o nosso decidido apoio, um acordo, em princípio, que implicava na obrigação de: 1) pagar a taxa de insalubridade, na primeira quinzena de maio e a parte referente aos atrasados na segunda quinzena de maio, prevalecendo de acordo com a lei da retroatividade, a partir de 29 de julho de 1959; 2) aplicação das novas faixas salariais a partir de 1º de janeiro de 1960 e o pagamento, na mesma modalidade do item anterior e seguida do enquadramento do pessoal, de forma que significasse uma efetiva melhora salarial⁷.

Por maioria absoluta, em “memorável assembléia”, cobrou-se da empresa o pagamento da insalubridade, inclusive das parcelas em atraso. Estaria em pauta, também, um conjunto de reivindicações que incluíam a extensão dos serviços de transporte aos trabalhadores menos qualificados; o cumprimento de determinações da Saúde Pública para diminuir os riscos do trabalho insalubre; e a readmissão dos trabalhadores demitidos por atividades sindicais, entre eles: Manoel Lopes dos Santos, Eronides Pureza da Silva e Alberto da Cunha Andrade. A proposta foi votada no apertado salão de um antigo grupo escolar, já que o Sindicato não possuía sede própria. As ondas da “Rádio Tamanco”, em alusão a transmissão boca a

boca, surfaram desde o “Restaurante Cai Duro” até os limites dos dezenove mil e quinhentos metros quadrados ocupados pela CNA.

Insalubre, salubra, ou insalubridade, não lhes importa a pronúncia correta. O fundamental é o que eles disseram, que o operário que trabalha em locais insalubres tem direito – está escrito nas Consolidação das Leis do Trabalho – a determinada importância em dinheiro, pelos serviços realizados em lugares cujo estado sanitário, é uma constante ameaça à saúde. Foi o suficiente para que a Rádio Tamanco irradiando diretamente do Cai Duro para a restinga e adjacências, sacodisse pela base, a dormência dos Candangos, levando-os ao alvoroço de uma assembléia no Sindicato de classe (LOPES, 1960, p. 12)

Desdobramentos

A greve dos trabalhadores em Cabo Frio causou forte impacto no país. *O Globo* esboçou forte conotação negativa à dimensão do conflito. Suas páginas privilegiavam as formas de constrangimento impostas à empresa pelos trabalhadores em greve, em destaque, o corte na luz da fábrica e o bloqueio da estrada que ligava o Arraial do Cabo a Cabo Frio. Segundo o jornal, o governo estadual já havia deslocado cento e trinta policiais para Cabo Frio, ao mesmo tempo em que o presidente da CNA, general Alfredo Bruno Martins, havia procurado o ministro da Guerra, marechal Odílio Denys e o comandante do I Exército, general Nestor Souto de Oliveira, para “pedir providências”⁸. O repúdio ao tom alarmista do jornal partiria não somente dos trabalhadores, mas, também, do prefeito de Cabo Frio, Edílson Duarte, do PTB, que lamentara o pedido de deslocamento de tropas para a cidade. Duarte fora eleito por uma coligação popular em oposição à candidatura do PSD, deslocando do poder setores conservadores que sempre haviam comandado a política local. O prefeito sofria forte oposição da bancada oposicionista, que tentava incompatibilizá-lo com o governo estadual e federal.

Dois dias depois, a greve foi suspensa e as negociações retomadas. No salão da Câmara Municipal, com interveniência do representante da Delegacia Regional do Trabalho, foram firmadas as bases de um acordo, do qual constavam os seguintes pontos: pagamento, em uma semana, do adicional de insalubridade e dos atrasados retroativos a 1959; concessão de um abono provisório, também retroativo, a março de 1960; constituição de uma Comissão Paritária para tratar da incorporação do abono provisório sobre o salário; fixar os preços das refeições, dos alojamentos e dos transportes; e a não punição dos trabalhadores que participaram da greve, com o pagamento dos dias parados. Os trabalhadores pleiteavam, também, o ressarcimento aos terceirizados, pagos por empreitada, que porventura tivessem faltado ao trabalho, em decorrência da paralisação; o compromisso da CNA em cumprir os acordos homologados entre a empresa e o Sindicato; e o reconhecimento de delegados sindicais credenciados. A CNA deveria empenhar-se, igualmente, sem mais protelações, na liquidação, em quarenta e oito horas, do passivo trabalhista, além de intensificar os estudos para o aumento imediato dos índices de produtividade da empresa, com o propósito de buscar a rápida consolidação da indústria alcalina nacional⁹. Sobre esse último aspecto, os trabalhadores talvez já antecipassem o mosaico de problemas que tomaria conta da empresa em um futuro próximo, na tentativa de desestabilizá-la. Só para citar um dos mais graves, ficamos com o contrabando de barrilha, em larga escala. Desde a sua instalação, o quadro político e econômico em torno da CNA colocaria a empresa estatal no centro de uma crise sem proporções. A agenda dos trabalhadores seria tomada por demandas permanentes em relação à dramática situação da Companhia Nacional de Álcalis, pelo menos até 1964 (PEREIRA, 2009).

Ao todo, aderiram à greve cerca de três mil trabalhadores. Acordados a eles estavam os trabalhadores da Companhia Salinas Perynas e da Salinas Ponta da Costa, as duas maiores empresas ligadas à extração de sal na região. Os salineiros dessas empresas ensaiavam, pela primeira vez, a formação de um arco de solidariedade, ao constituir os alicerces de uma participação ampliada com os demais salineiros da região, para construir suas reivindicações a partir das experiências adquiridas junto aos trabalhadores da CNA.

Cabe ressaltar que o movimento unificado e solidário dos trabalhadores locais deveria desencadear uma larga paralisação da cadeia produtiva, sobretudo da produção de sal, matéria prima básica para a produção da barrilha. Essa cadeia envolvia empresas do setor público e privado.

O número de greves realizadas no Rio de Janeiro sofreu um considerável aumento a partir dos anos 1960. Mais precisamente, entre 1960 e 1964, aconteceram duzentas e sessenta e sete paralisações, o que significava quase 55% do total de paralisações ocorridas entre 1945 e 1964, contabilizadas em quatrocentos e oitenta greves, números que se acentuavam rapidamente a partir da perda do poder de compra do trabalhador. Segundo Marcelo Badaró (2006), a maior parte dessas greves foi realizada no setor privado, com fartas evidências de repressão e predomínio de demandas econômicas, embora as greves políticas tenham também adquirido força, a partir de 1960. Nesse caso, podemos registrar a ocorrência de greves no setor público, como a da CNA, em Cabo Frio, decorrente de demandas econômicas. Lá, foi a iniciativa de trabalhadores vinculados ao Estado que engendrou as greves locais de solidariedade com a participação dos trabalhadores do setor privado.

As greves de solidariedade ganharam força no País. Em Santos, São Paulo, greves como a dos portuários, entre 1960 e 1963, imputadas à ação de “*cúpula*”, do Fórum Sindical de Debates – FSD – apresentavam certas semelhanças com as greves de 1960, em Cabo Frio. As ações do FSD assemelhavam-se às do Conselho Sindical de Cabo Frio, pois congregava, em torno de si, seis sindicatos da região, ao passo que em Santos chegavam a cinquenta e três. Para Fernando Teixeira da Silva (1995), estudar as greves de solidariedade em Santos permite perceber que a partir da interferência de lideranças de comunistas e da esquerda do PTB, os rumos do FSD foram sendo alterados. Segundo o autor, o chamado sindicalismo nacionalista e democrático passou a ter uma ação política maior, com a intensificação das greves, notadamente as de solidariedade. Nos primeiros meses de 1960, as greves comandadas pelo FSD, na cidade de Santos, paralisaram, por vinte e quatro horas, toda a cidade: cem mil trabalhadores cruzaram os braços, obtendo o apoio do próprio prefeito da cidade, Sílvio Lopes. Uma “passeata monstro” tomou

conta da cidade, em 1º de julho de 1960. Um ano depois, a cidade litorânea paulista chegaria a sofrer ocupação militar quando da greve dos estivadores, desencadeando nova frente solidária entre ferroviários e petroleiros. Segundo Silva, esse tipo de paralisação resultou na garantia de liberdades sindicais e um maior avanço da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho. Em Cabo Frio, a atuação do prefeito Edilson Duarte seria contundente, com o apoio político de lideranças da esquerda trabalhista e comunista. Ao colocar em cena espaços da modernização brasileira, a redução de escalas permite explorar traços em comum na mobilização dos trabalhadores, que fogem aos controles exercidos por cima.

Ao tentar decifrar as ações de instituições como o FSD, naquele período, Fernando Teixeira da Silva observou que o fato dos trabalhadores em empresas estatais serem mais bem aquinhoados em benefícios e vantagens trabalhistas, não significou um empecilho à unicidade das bases nas greves de solidariedade em Santos. A idéia de impermeabilidade entre essas bases não deslocou para o abismo os trabalhadores de empresas privadas tradicionais, onde haveria demasiada resistência em aplicar os direitos trabalhistas. Nesse sentido, soaria desconcertante a tese do controle e cooptação de trabalhadores em empresas estatais, defendida por certa variante do populismo [ou das teorias sobre o populismo?]. Se esse não seria o caso de Santos, muito menos foi em Cabo Frio. A experiência da greve de solidariedade na cidade fluminense aconteceu sob impulso do setor estatal, para sustentar a luta em apoio às frações menos organizadas e menos resistentes da classe trabalhadora, para citar os salineiros que não poderiam prescindir das estratégias criadas pelos trabalhadores da CNA.

Os interesses unificados em Cabo Frio, combinados na greve de solidariedade de 1960, traduziam-se pela sensação de incômodo e pelo desejo de mobilização a partir de “greves participativas, organizadas a partir do local de trabalho e com integração visível entre demandas políticas gerais e bem sucedidos encaminhamentos de reivindicações econômicas” (MATTOS, 2008, p. 219). As mudanças nas conjunturas política e econômica, na virada da década de 1950 para 1960, implicaram na reação dos trabalhadores supostamente “vestidos com a camisa de força *cupulista*” e encontraram ecos na

insatisfação crescente, seja entre trabalhadores do setor público ou do setor privado, como mostra a situação em Cabo Frio. Os trabalhadores traziam em suas experiências de “candangos” ou não, meios para enfrentar a assimetria nas relações sociais. Naquele contexto, para além dos limites de uma transação permanente com o Estado, os trabalhadores estavam convictos de que não eram tempos de suprema felicidade. O espectro da acomodação nos remete a um vigoroso debate historiográfico sobre o populismo no Brasil, onde posições divergentes entram em cena. Mesmo reconhecendo sua complexidade, optamos por fazer uma rápida abordagem, com todos os riscos da simplificação.

Angela de Castro Gomes (1988) havia recusado o demasiado controle do Estado sobre os trabalhadores, além de resistir à idéia de cooptação. Não haveria para a autora, nas fronteiras do trabalhismo, nem um Estado todo-poderoso e muito menos uma classe trabalhadora e sindicatos passivos, mas sim, atores desiguais. Ao realizar um balanço historiográfico dos paradigmas interpretativos sobre o tema, para o período 1945/64, Marcelo Badaró *et alli* (2008), ressalta que o trabalhismo, assim projetado pela autora, representaria uma rejeição mais incisiva ao conceito de populismo, convertido em “pacto trabalhista”, ampliando os estudos sobre o tema. Tal abordagem foi decisiva para criticar as análises anteriores, sobretudo, elaboradas por Otávio Ianni (1968), Leôncio Martins Rodrigues (1978) e Francisco Weffort (1978), tidas como depreciativas para entender a organização do movimento operário pós-1930, visto como pouco combativo, cupulista e atrelado ao Estado. Para esses autores, o movimento operário e os sindicatos eram vistos sob tutela do Estado e manipulados por interesses políticos, embora Weffort já apresentasse algumas nuances ao problema. De um modo geral, essa leitura contribuía para o emblema da acomodação operária, que se julgava conduzida, em parte, pelas lideranças partidárias, sobretudo comunistas, colocando questões como o Golpe de 1964, a consciência de classe e a ação coletiva no centro do debate.

Entretanto, o reducionismo combatido por Angela de Castro Gomes ganharia sinais invertidos pelos estudos de Jorge Ferreira (2001). No lugar de uma classe trabalhadora subordinada, entrariam trabalhadores conscientes e satisfeitos por uma política trabalhista

administrada por aclamados quadros políticos populares e de esquerda. Segundo Marcelo Badaró, Ferreira dispensava a assimetria dos atores desiguais registrada por Angela de Castro Gomes, ao tentar conciliar uma agenda comum entre Estado e trabalhadores. Jorge Ferreira, nesse caso, estaria renovando os argumentos populistas criticados anteriormente pela autora de *A invenção do trabalhismo*. Os argumentos do autor sugerem alguns antecedentes como a “felicidade durkheimiana” negada pelo liberalismo clássico, ainda que, para Durkheim, o papel do Estado em interceder na regulação seria decepcionante, pois a instituição se transformara em um instrumento e servidor da vida econômica (IAZZETA, 2010) ou, melhor dizendo, do capitalismo.

A mesma linha de raciocínio seguiria a análise de Daniel Aarão Reis Filho (2001), ao retomar a tradição trabalhista para criticar a idéia de uma *herança maldita* propalada pelo populismo. Seus detratores, segundo o autor, desprezaram os expressivos avanços políticos e ganhos da classe trabalhadora no Brasil, em especial pelos trabalhadores do setor público. No entanto, ao se falar em “ganhos”, devemos submetê-los à base empírica para deduzir que, no caso dos trabalhadores químicos e salineiros de Cabo Frio, trabalhadores estatais ou não, esses ganhos só foram possíveis de serem alcançados, pela via da greve. Ainda assim, essas conquistas garantiriam aos trabalhadores do sal apenas o “direito de viver”, sem desprezar a forte repressão imposta pela greve de 1960. Portanto, para os trabalhadores de Cabo Frio, nada se conquistaria pela acomodação.

Antônio Negro (2004), ao se sentir incomodado com a velha cantilena, indagaria: “*por quanto tempo vamos nos haver com uma era populista – conduzida por um chefe maquiavélico – durante o qual teria ocorrido o triunfo da manipulação (em que os trabalhadores tombam errantes, iludidos ou ineficazes?)*”. Respalado por Edward Palmer Thompson (1998), o autor sustenta que o fazer-se da classe trabalhadora é um processo ativo, fruto da ação humana e das condições enfrentadas por ela. Assim seria necessário conhecer mais os nomes, valores e estratégias dos trabalhadores, para pensar nas contradições apresentadas por posições renovadas pela historiografia mais recente. Nesse sentido, seria possível reafirmar que não haveria o triunfo da manipulação. O populismo não foi uma política demagógica ou obscura para a classe

trabalhadora. Trabalhadores não seriam, portanto, nem passivos, nem haviam sido desmobilizados, pelo contrário, são personagens de relações que se espraiam em um campo aberto, sujeito às disputas e mudanças. Assim, consagrou-se a experiência da classe trabalhadora em Cabo Frio, na greve solidária de 1960. Nesse aspecto, a história regional pode contribuir para o debate, ao revelar exatamente uma diversidade de casos, contrapõe-se à generalização dos grandes esquemas.

A solidariedade para os trabalhadores das salinas significava romper com as raízes da exploração a que eram submetidos por empresas como a Companhia Salinas Perynas, de propriedade de Miguel Couto Filho; a Refinaria Nacional do Sal; a Labor Serviços Gerais; a Beranger e Cia.; as Salinas. Pereira Bastos e as Salinas Henrique Lage. Centrados em cláusulas econômicas, os salineiros pediam o cumprimento integral de leis trabalhistas, até então longe de serem estendidas ao setor. Sob o impacto do que nunca assistira antes, Miguel Couto Filho, presidente da Companhia Salinas Perynas, considerava estranhas e ilegais as reivindicações dos trabalhadores, pois não estava acostumado a enfrentar esse tipo de pressão organizada e solidária. O que os trabalhadores pediam seria inaceitável para o político do PSD, senador e ex-governador do Rio de Janeiro, motivo pelo qual o grande salicultor invocou ao Ministério do Trabalho, a aplicação imediata da Lei Antigreve nº 9070. Miguel Couto insistiu numa solução radical, que tornara o movimento ainda mais sólido.

Um das muitas demonstrações do gesto solidário entre esses trabalhadores viria do presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Produtos Químicos de Cabo Frio, José Neto do Vale, ao insistir que os salineiros “em que pese à ameaça do Sr. Miguel Couto Filho continuarão em greve, só voltando ao trabalho uma vez atendidos em suas justas reivindicações”. Os trabalhadores do sal acusavam Miguel Couto Filho de impedir os demais empresários do setor de avançar nas negociações, uma vez que sua empresa, por ser a maior e a mais poderosa de todas, deveria assumir a dianteira no processo. Diante da persistente recusa do senador em abrir as conversações, o Conselho Sindical de Cabo Frio apelou ao governador do Rio de Janeiro, Roberto da Silveira, do PTB. A

solidariedade nas greves favorecia o crescimento das bases sindicais compartilhadas entre a esquerda trabalhista e os comunistas, como podemos observar no caso de Cabo Frio. A reboque, a representação na Câmara Municipal de Cabo Frio ampliava os espaços de atuação política pelos próprios trabalhadores e sindicalistas eleitos vereadores.

Miguel Couto Filho não admitia a greve por ser “iné dita, ilegal e intempestiva”, a qual “atentava contra a ordem pública, a segurança pessoal e a integridade de propriedade privada”. O presidente da maior empresa salineira da região afirmava que os trabalhadores estavam divorciados da razão, pois partiam da organização de um Comando de Greve que expedia piquetes, principalmente, para a imobilização de moinhos nas salinas. Por sua radicalização o senador seria alvo de duros ataques de *Última Hora*:

Bastou que seus empregados reivindicassem melhores condições de vida para o Senador Miguel Couto Filho, apresentar-se realmente como é: patrão retrógrado, explorador desumano, que não vacilou, na base de informações falsas e mentirosas, em envolver o governo federal, conseguindo a sua intervenção contra trabalhadores que, pacificamente, reclamavam mais um pouco de pão para si e suas famílias. Nas salinas de Miguel Couto Filho há trabalhador com 20, 30, 40 anos de casa, até hoje sem carteiras profissionais assinadas, o que vale dizer, colocados à margem de todos os direitos assegurados aos operários brasileiros. Férias, repouso remunerado, benefícios da previdência social, contagem de serviço para a percepção da aposentadoria, estabilidade, etc. não vigoram para a maioria dos empregados do Sr. Miguel Couto Filho. Mulheres e crianças executando serviços pesados e insalubres, recebem, muitas delas, a migalha de (30) cruzeiros por dia, como salário¹⁰.

Salineiros, naquele tempo, trabalhavam dezesseis horas por dia, sem intervalo para refeições, gozando apenas de um dia de repouso por mês, enquanto domingos e feriados não eram pagos em dobro. Não se pagava hora extra nem adicional noturno, assim como não

se pagava insalubridade. Menores recebiam muito menos que o menor salário pago aos trabalhadores maiores. O próprio Tribunal Regional do Trabalho chegara a afirmar, segundo *Última Hora*, que em relação à Companhia Salinas Perynas, não se tratava apenas de defender a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, mas o direito de viver do trabalhador. O instrumento jurídico trabalhista, nesse caso, passava ao largo da mediação contratual na relação entre capital e trabalho, impondo contradições a materialização de um Estado Providencial em escala ampliada.

[...] os trabalhadores fluminenses, que conheciam o Miguel Couto político, que no Senado votou contra o monopólio estatal do seguro de previdência, conhece hoje o Miguel Couto patrão: desumano e explorador, tanto como o são os que vêm no operário a máquina cujo fim deve ser, na sua mentalidade retrógrada, apenas e mais nada que produtor de riquezas para saciar sua fome de lucros¹¹.

Político experiente, Miguel Couto Filho era médico e foi deputado estadual entre 1935 e 1937, elegendando-se posteriormente, deputado federal pelo PSD na constituinte de 1945. Ocupou também, o Ministério da Saúde no segundo governo Vargas entre 1953 e 1954. Nesse último ano, elegeu-se governador do Estado do Rio de Janeiro, apoiado por uma coligação formada pelo PSD, PTB, PR e PTN. A coligação com o PTB egeria seu companheiro de chapa, Roberto da Silveira. Em 1959, voltou ao Congresso como senador com Roberto da Silveira, seu vice-governador, eleito governador do Estado. Mais uma vez, sua eleição para o Senado, seria fruto de uma coligação ampla entre PSD, PTB, UDN, PDC, PSB e PTN. Além de ser o proprietário da Companhia Salinas Perynas, Miguel Couto Filho fundou e dirigiu a Navegação Cabo-friense Ltda., a Cia. Exportadora de Sal Angra, a Companhia de Navegação Palmares e a Companhia. Porto e Melhoramentos de Cabo Frio, tendo presidido, também, a Federação dos Consórcios Salineiros Fluminenses e do Centro do Comércio do Sal Fluminense¹². Embora não fosse dissonante do quadro político partidário nacional, a flexível composição entre os dois políticos fluminenses, pelo menos

em 1960, alimentara as desconfianças em relação ao governador Roberto da Silveira, do PTB, no trato com a greve e a repressão aos trabalhadores de Cabo Frio. Essa reflexão sustenta ser exagerado o argumento de uma sucumbência automática dos trabalhadores às diretrizes do trabalhismo partidário.

Desconfianças a parte, Miguel Couto Filho considerava haver por trás da greve de Cabo Frio, um jogo perverso pelo “apoio explícito” dos governos municipal e estadual ao movimento. Nesse aspecto, o velho cacique político fluminense, a ação militar seria implacável em desarticular o movimento, tomado de motivações políticas.

O intento manifesto do Sr. Prefeito Edílson Duarte era o de intimidar e coagir os salineiros [salicultores] a aceitarem condições exorbitantes, para o efeito de lograr uma vitória política, com a qual teria motivos demagógicos para engrandecer-se junto ao operariado, com inegáveis reflexos em todo o Estado. Para comprovar a preocupação da autoridade local em prestigiar e amparar os grevistas e os estranhos agitadores, o comando de greve foi instalado no prédio do antigo Grupo Escolar Francisco Sá, próprio estadual, com o conhecimento do Secretário de Governo, Sr. Wandir de Carvalho, e de onde possantes auto-falantes dirigiam o movimento e viaturas oficiais saíam conduzindo grevistas a exigir salvo-conduto de trânsito, inclusive para médicos. Esses fatos, amplamente divulgados, foram também comprovados pelo alto comando das forças do Exército, que em poucas horas e sem menor ato de violência, restabeleceram a ordem e o respeito às Leis em Cabo Frio, verificando-se de pronto a volta espontânea ao trabalho de grande parte dos grevistas, exportando-se no mesmo dia vultosas quantidades de sal¹³.

Repressão

A repressão às greves no Rio de Janeiro não era uma função exclusiva da polícia política. O envolvimento das Forças Armadas na Greve da Paridade, entre 8 e 10 de novembro de 1960, provocou o deslocamento de tropas do Exército e da Marinha para atuarem na repressão. Marcelo Badaró (2008) sustenta que essa greve marcou o início de outra fase de mobilizações nos sindicatos, naquele período em que motivações econômicas associavam-se a objetivos políticos, como as reformas de base. Era nítido o aumento das tensões entre o governo e os trabalhadores. Para JK, a Greve da Paridade tinha um caráter subversivo, observação que expressava o viés anticomunista e a resposta autoritária do governo no trato com o movimento operário. Nesses termos, as motivações definidas pelo governo para o recurso dos trabalhadores à greve apostavam na politização do movimento e na reprodução de imagens incendiárias negativas à mobilização da classe, criadas por grupos políticos conservadores. Esse seria o argumento primeiro para defender o envolvimento das Forças Armadas.

Em Cabo Frio, a intervenção de Miguel Couto Filho corresponderia a essa expectativa. Por sua interferência, o ministro da Justiça, Armando Falcão, solicitou o envio de tropas do Exército para Cabo Frio. Para evitar uma indisposição política maior, Falcão buscava o respaldo do governador do Estado, Roberto da Silveira, no Palácio do Ingá, em Niterói. O chefe do Gabinete Civil do governador petebista, Cordolino Ambrósio, em resposta ao ministro Falcão, assentira com o deslocamento de tropas federais para a cidade, embora contra argumentasse, nas entrelinhas, que o movimento dos trabalhadores fosse “pacífico e ordeiro”. Sem titubear em colocar nas mãos do governo federal a solução do problema, Ambrósio não deixaria dúvidas em demonstrar, ao fim da correspondência, a estreita dimensão que o governo fluminense, ligado à esquerda do PTB, parecia ter dos problemas sociais:

Senhor Ministro: Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, nesta oportunidade, e tendo em vista que o Senhor. Governador se encontra em excursão, de caráter

administrativo, nos municípios de Carmo e Cantagalo, para informar que, na região de Cabo Frio, foram deflagradas greves de caráter pacífico, primeiramente na Cia. Nacional de Álcalis e, logo a seguir, nas Cias. Salineiras da região.

2. O Governador do Estado, desde os primeiros instantes destes acontecimentos, vem mantendo a ordem pública naquele município, onde se encontram, permanentemente, tropas da Polícia Militar e da Polícia Civil, sob a orientação do Chefe de Gabinete do Secretário de Segurança Pública, Doutor Paulo Paciello, que se fixou em Cabo Frio.
3. O Governo do Estado tem procurado ficar equidistante na disputa entre empregados e empregadores, limitando-se a manutenção da ordem, a fim de que possam as partes interessadas em resolver o dissídio, que, sendo relacionado a trabalho, está na órbita da competência federal.
4. A organização de piquetes de greve e a posição dos empregadores julgando, conforme memorial feito a Vossa Excelência, que as suas propriedades estão sendo ameaçadas além do clima de insegurança, o Governador do Estado não tem dúvida em concordar em que forças federais assumam a responsabilidade da manutenção da ordem pública naquela região, ainda mais porque nela se localiza a Cia. Nacional de Álcalis, empresa da União, representando um vultoso patrimônio do Governo Federal.
5. O Governo fluminense tudo tem feito para evitar que os problemas sociais decorrentes de fatores estranhos a sua responsabilidade sirvam de motivo para a intranqüilidade¹⁴.

Tropas fardadas ocuparam a cidade de Cabo Frio, em 16 de junho de 1960. A pressão dos salicultores, liderados por Miguel Couto Filho, havia convencido o governo federal da intervenção militar na cidade, ciosos da proteção das suas propriedades e de seus lucros. Essas tropas deveriam substituir as forças públicas estaduais, nas quais os empresários perderam a confiança, pelo fato de considerarem o governador Roberto da Silveira simpatizante da luta dos trabalhadores, enquanto estes apostavam, ao contrário, em uma posição vacilante do chefe do executivo fluminense. Desde o início da greve, seu governo havia enviado a Cabo Frio um contingente

de cento e trinta homens da Polícia Militar, com instruções de evitar qualquer tipo de violência. Wandyr Carvalho, Secretário Estadual do Trabalho, reconhecia que os salicultores jogavam em duas frentes: ora lançavam suspeitas contra a “política cristã” e a serenidade do governo estadual, ora infiltravam figuras exaltadas para forçar os operários a “injustificáveis atitudes de violência”, “corrompendo o movimento” e, em consequência, comprometendo a postura do governador. Nitidamente, o governo Roberto da Silveira sentia-se acuado pelos dois lados, empresários e trabalhadores, rejeitando o ônus em assumir uma posição clara.

Em tom alarmante, *O Globo* acentuava as críticas à posição de Silveira, ao sustentar que a questão mais grave em Cabo Frio, pelo seu “ineditismo”, seria o fato de a força policial mandada pelo governo do Estado para “restabelecer a ordem”, limitar-se a ficar de prontidão contra “as possíveis depredações”. Segundo o periódico, para os policiais estaduais transitarem em locais ocupados pelos grevistas, precisaram obter autorizações do Comando de Greve, um passe ou salvo conduto concedido pelos trabalhadores. Para *O Globo* essa situação tomava um caráter de sublevação da polícia estadual diante da ação dos trabalhadores em greve e de “pessoas estranhas aos interesses em litígio”. O mais grave, ainda, para o periódico carioca, seria o fato do quartel-general do movimento funcionar em um prédio cedido pelo prefeito Edilson Duarte. Assim, o jornal carioca assinalava o desconforto dos salicultores em não se conformarem com as ações do prefeito. Duarte sofria ameaças por manter-se intransigente na defesa do movimento. Na Câmara Municipal, o prefeito era sistematicamente criticado pela oposição, principalmente, por aqueles vereadores ligados ao PSD, ante-sala dos empresários locais. Criou-se, portanto, um cenário de transgressão da ordem, em que *O Globo* insistia na constatação de um “ambiente de terror e tumulto”, forçando o desejo de uma intervenção federal¹⁵. Esse clima acompanharia a vida da cidade até o Golpe Civil-Militar de 1964.

Cumprindo seu papel, *Novos Rumos*, jornal do PCB, questionava o sensacionalismo de *O Globo*. Sua principal crítica referia-se ao forte simbolismo e ao estilo contundente do jornal em qualificar o movimento dos trabalhadores de “perigo comunista”. Esse tipo de radicalismo assustava a maior parte dos milhares de habitantes de

Cabo Frio, tomada por forças militares, cujo objetivo deveria ser, segundo *O Globo*, destruir o “governo revolucionário”, sob controle dos trabalhadores em greve. Para *Novos Rumos*, o coronel Luís França, comandante das forças do Exército, ex-diretor da Divisão de Polícia Política do Distrito Federal, instalou um “plano de provocações”, com o desejo de prender trabalhadores nas ruas e em suas casas, num processo de intimidação brutal.

Novos Rumos creditava especial importância ao Conselho Sindical de Cabo Frio por atuar firmemente na solidariedade entre os trabalhadores locais. Em 23 de junho de 1960, Alberto da Cunha Andrade, publicaria, em plena greve, a “Carta de Cabo Frio”, reproduzida pelo mesmo periódico algum tempo depois¹⁶. Na carta, Andrade faria menção que o “aumento da consciência, de luta da classe operária era derivado do surto desenvolvimentista brasileiro”. Dirigido ao público local, o documento, além de tratar de demandas nacionais como a reforma agrária, a rejeição ao capital estrangeiro, a escalada inflacionária e a debilidade da burguesia nacional, chamava a atenção dos cabofrienses para outras questões como a precária infraestrutura da cidade. Além de tentar sensibilizar a população para o apoio a greve, Andrade convidava todos a participarem ativamente dos atos públicos realizados na Câmara Municipal.

Mil trezentos e quarenta homens armados ocuparam Cabo Frio. Esse contingente promoveu, pelas ruas da cidade, um desfile que deixava “perplexa a população com tamanha exibição de força”. Logo depois, deram início à repressão, impedindo o ajuntamento de duas ou mais pessoas pelas ruas e praças de Cabo Frio. O coronel França determinou, então, a ocupação do Sindicato dos Arrumadores, prendendo ali dezenas de trabalhadores. A Câmara Municipal reuniu-se em sessão extraordinária, e uma comissão de trabalhadores dirigiu-se à capital do Estado para pedir providências ao governador Roberto da Silveira, quanto à atuação das Forças Armadas, mesma atitude tomada pelo prefeito Edílson Duarte. Havia claras dúvidas, acrescidas de protestos, pela conduta do governador por ter “lavado as mãos como Pilatos” em concordar com as exigências de Armando Falcão e Miguel Couto Filho¹⁷. No total, setenta e quatro trabalhadores foram presos e levados para Niterói. Sessenta e nove foram liberados um dia depois. Os outros cinco que permaneceram

detidos foram fichados como “comunistas e agitadores”: Abelardo Manhães Barreto, Alberto da Cunha Andrade, Higinio de Carvalho Filho, Arcelino José do Couto e Aspino da Cunha Mendes¹⁸.

A repercussão nacional foi imediata. O presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE, na companhia de várias lideranças sindicais deslocou-se para Cabo Frio, em solidariedade aos trabalhadores locais, aventando com a possibilidade de uma greve geral no Estado do Rio de Janeiro, em protesto ao que estava ocorrendo na cidade. De imediato, foi organizado um Manifesto exigindo a demissão do ministro Armando Falcão. O documento repudiava a tentativa do ministro de privar os trabalhadores e demais cidadãos de liberdade democrática, do direito de greve e de liberdade sindical. Além disso, denunciava a descabida forma de intimidação por parte do governo federal e enfatizava o apoio irrestrito aos trabalhadores:

1. O movimento sindical fluminense vem sendo ferido em suas liberdades;
2. O Estado do Rio teve a sua autonomia desrespeitada pela segunda vez;
3. A manifesta intenção do Ministro da Justiça em provocar um clima de insegurança no país;
4. Hipotecar irrestrita solidariedade aos companheiros grevistas de Cabo Frio;
5. Exigir a liberdade imediata dos companheiros presos e também a desocupação dos sindicatos interditados da sede onde funcionava o Comando de Greve, sob a pena de paralisação geral em todo o Estado;
6. Exigir a imediata retirada das forças federais e estaduais de Cabo Frio¹⁹.

A greve de 1960, em Cabo Frio, colocou os trabalhadores frente aos militares em duas situações: nas ruas e na fábrica. Nas ruas, sob a espreita de um comandante que ameaçava a população e efetuava prisões. Na fábrica, os diretores militares da CNA reduziam os trabalhadores a “meros soldados calçados de tamancos” (LOPES, 1960). A memória da intervenção militar e de seu enfrentamento

continua ainda viva para alguns daqueles trabalhadores da CNA, como Hilson Cleto de Souza:

As greves, nós tivemos várias greves. A primeira greve foi em Cabo Frio, no Charitas, foi para reivindicar a insalubridade. O coronel Aloísio era o superintendente, era o chefe que mandava e desmandava, todo mundo tinha medo desse militar... então, nós tivemos uma greve, não foi dentro da companhia, foi para o pessoal das salinas que não tinha insalubridade. Aí nós fomos para o Charitas em Cabo Frio, eu dormi dentro daquele prédio velho, enrolado numa capa, e nós do piquete, a turma saiu do piquete e eu dormi lá dentro, eu e um irmão meu. Eu gostava daqueles movimentos, fomos para lá e ficamos. Eu lembro que esse coronel, nós viramos o carro dele ali naquele cruzamento perto da Volkswagen, uma turma da salina pegou no carro dele e virou, se ele não saísse do carro virava com ele mesmo. Foi para assinar a insalubridade.

A experiência marcante da greve de 1960, nas ruas de Cabo Frio, antecipou o cenário nacional de 1964. As rivalidades mostravam-se cada vez mais tingidas em cores ideológicas nos jornais. O *Globo*, mais uma vez, jogaria um papel decisivo ao estampar na capa da edição de 16 de junho de 1960, a seguinte manchete: “Já temos um *soviet* em Cabo Frio”, ao defender o emprego de forças do Exército para extirpar o “quisto comunista”. Para dar credibilidade a chamada de capa, o jornal reproduziu ao lado da manchete um *fac-símile* de dois salvo-condutos expedidos pelo Comando de Greve, que seriam provas irrefutáveis da limitada circulação das pessoas entre a fábrica e a cidade, imposta pelos trabalhadores em greve:

[...] um verdadeiro Soviet esta instalado entre os grevistas das salinas de Cabo Frio, com o controle total do movimento dos operários e outros funcionários das empresas que ali operam, e, praticamente, da vida da cidade. Ninguém sai ou entra lá sem o salvo-conduto, emitido pelo Comando de Greve, denominação sob a qual se mascara o Soviet

Candangos solidários em Cabo Frio...

Localizado em um prédio municipal, o quisto comunista vem atentando contra a ordem pública, a segurança pessoal dos que não lhe obedecem e a integridade da propriedade privada. Diante da gravidade da situação, a Companhia Salinas Perynas, a mais afetada, apelou para o ministro da Justiça, com a inteira concordância do Governo Estadual, para que as tropas federais sejam enviadas para manter a ordem na região. O Sr. Armando Falcão, em face da carta daquela empresa e no ofício do Governo do Estado do Rio, entendeu-se ontem com o ministro da Guerra, pedindo ao marechal Odilo Denys que fizesse seguir forças do exército para Cabo Frio²¹.

Um dia depois, *O Globo* voltaria a estampar em sua primeira página: “Verdadeira operação de Guerra para debelar o *Soviet* de Cabo Frio”. Os relatos faziam menção a pontes e estradas ocupadas por tropas militares, além de outros pontos estratégicos. Rebelados, segundo o jornal, os trabalhadores haviam ocupado o Porto do Forno, em Arraial do Cabo, e “dispunham de dinheiro farto e pretendiam levantar um milhão entre os operários da Companhia Nacional de Álcalis”. Com forte presença militar, incluindo tropas vindas da Vila Militar, no Rio de Janeiro, as forças deveriam resgatar a cidade que estava “a mercê de um grupo de agitadores”. Os trabalhadores teriam sob seu controle o grupo escolar, além de outros pontos estratégicos da cidade, como a companhia telefônica, a usina elétrica, o sistema de abastecimento de água, além das casas dos diretores e gerentes das salinas. Segundo o jornal, os grevistas “mandavam em tudo” com o apoio financeiro de “grupos estranhos”. Prova disso, para o jornal, seria a movimentação entre os piquetes “feitas em caminhões alugados a bom preço”²². Na realidade, *O Globo* definia a organização dos piquetes como um dos pontos nevrálgicos do movimento.

O Globo e *Última Hora*, jornais de circulação nacional, tinham posições distintas em relação ao movimento em Cabo Frio. Na concepção de Antônio Gramsci (2004, p. 198-219), tais jornais poderiam até mesmo cumprir o papel de “verdadeiros partidos políticos”. O primeiro desempenhou um papel significativo para justificar o uso da repressão, pois dispunha-se carregar as tintas ao desqualificar a

greve, sugerindo que as táticas dos trabalhadores poderiam ser vistas como subversivas, atemorizando os setores médios conservadores da sociedade. *Última Hora*, por outro lado, ao caracterizar-se como um jornal político e popular, expressava opiniões e idéias sobre o trabalhismo, dirigidas tanto aos trabalhadores quanto ao público em geral, cumprindo assim, uma dupla função: um jornal de informação generalizada, aberto a determinadas convicções políticas em suas páginas, além de servir como porta-voz da classe trabalhadora. Portanto, ao tomarmos de empréstimo, mais uma vez, a concepção do filósofo italiano, pode-se inferir que o jornal trabalhista contribuía, a sua maneira, para a formação de uma consciência de classe e de uma consciência nacional unitária, formuladora de uma visão crítica, com base no real e nas experiências efetivas da classe trabalhadora, buscando interferir no senso comum. Ainda assim, atribuir a *Última Hora* a chancela de um jornal classista seria algo exagerado. Entretanto, mesmo que se leve em conta, na sua trajetória, a forte ligação com o PTB, não se pode negar a sua posição como um ator importante no processo político em curso.

Considerações finais

Ajustados na solidariedade, os trabalhadores do sal ficaram na expectativa do julgamento do dissídio coletivo acerca de suas reivindicações, ainda que prosseguissem as negociações conduzidas pelo prefeito Edilson Duarte, preferencialmente, no tocante a insalubridade. Por fim, em 29 de junho de 1960, empresários e trabalhadores chegariam a um acordo fechado em oito cláusulas e três esclarecimentos. As bases mais significativas desse acordo seriam a concessão de reajustes diferenciados; o pagamento de adicional de insalubridade; a regulamentação do trabalho de menores; e a observância dos dispositivos legais quanto à segurança no trabalho²³. Depois de uma longa greve, de consideráveis conquistas, os trabalhadores das salinas voltaram ao trabalho... e para as ruas nos anos seguintes.

O que representa a greve de 1960, em Cabo Frio, para a história social do trabalho no Brasil? A princípio podemos considerar

que a greve de solidariedade entre os trabalhadores da CNA e das salinas foi um movimento propulsor do quadro de insatisfação que se apresentava no país na reta final do governo JK. A conjuntura econômica declinante trouxe a mobilização dos trabalhadores por conquistas, confrontando-se com a idéia de uma suposta passividade. Nesse sentido, as lideranças sindicais foram eficientes em definir estratégias com base em experiências e tradições de lutas dos antigos “candangos” do Arraial do Cabo.

Além disso, as lideranças políticas locais tiveram um papel relevante na sustentação do movimento, notadamente os representantes trabalhistas no Executivo e no Legislativo municipal. No entanto, surgiria como contraditória a atuação dessas mesmas lideranças na esfera do poder estadual. Queremos sugerir que tal contradição seria decorrente de composições políticas incômodas, perpetradas por alianças suspeitas aos trabalhadores, desconfiados da omissão do governo estadual, do qual nutriam certa estima. Portanto, não há como desconsiderar que a greve de Cabo Frio, no plano político, serve para desconstruir alguns alicerces da fecunda aliança presumida entre trabalhadores e partidários do trabalhismo, pelo menos na escala regional.

A disposição de luta dos trabalhadores de Cabo Frio foi solidária e eficaz. Não se tratava de uma condição passiva e muito menos subordinada. Pelo contrário, os trabalhadores criaram estratégias próprias e tornaram-se dispostos para fazer circular suas experiências traduzidas pela ação coletiva. A greve de 1960 inaugurou um estado de aproximação calorosa entre eles. Não há sinais de acomodação, pelo menos até o Golpe de 1964. Havia sim, em Cabo Frio, no ano de 1960, clara demonstração da organização solidária de um movimento operário suficientemente combativo.

Em tese, o que se impunha era a dura jornada dos trabalhadores do sal no litoral do Rio de Janeiro. Vida amarga, como diria Alberto Lamego (1974), carregada sob pés calejados, cravada na pobreza, reduzida aos cáusticos marméis, ao sol estarecedor e ao sopro dos cataventos. Escarnecidos de seus direitos, sobraram deveres em horas e mais horas de trabalho para produzir em cinco, aquilo que deveriam produzir em cinquenta dias. Assim, invertiam a lógica de um “tempo promissor”, com juras de fazer o tempo histórico

avançar cinquenta anos em cinco. Não é necessário lembrar que as assimetrias produzem estranhamento, que em correspondência, produzem no homem sua inquietação.

Solidary “Candangos” in Cabo Frio: labor, politics and media in the strike of 1960.

Abstract. The article analyzes the strike of 1960, the chemical workers of state enterprise, Companhia Nacional de Alcalis – CNA, along with salt workers in Cabo Frio, on the northern coast of Rio de Janeiro, especially the meaning of solidarity. With references to populism, to labour and the unions, we argue from the reduction of scale, referenced by a case study, be able to recover workers’ experiences and strategies, perceived in its active participation as subjects of history, opposing the idea of subjection or protection to the state.

Keywords: Workers. Populism. Trade unions and strikes.

Notas

¹ Barrilha é uma substância química classificada como um álcali sódico, produzida a partir de sal e calcário. Sua utilização se dá, em maiores proporções, na indústria vidreira. Entretanto é, também, matéria prima fundamental para a indústria têxtil, química geral e farmacêutica.

² Depoimento oral prestado ao autor em 28 de maio de 2008.

³ Última Hora, Rio de Janeiro, ano IX, sexta-feira, 08 de Janeiro de 1960, p. 2.

⁴ Idem, sábado, 09 de Janeiro de 1960, p. 4.

⁵ Idem, quinta-feira, 18 de fevereiro de 1960, p. 9.

⁶ Idem, segunda-feira, 30 de maio de 1960, p. 2.

⁷ Idem, quinta-feira, 02 de junho de 1960, p. 2.

⁸ O Globo, Rio de Janeiro, ano XXXVI, quarta-feira, 01 de Junho de 1960, capa.

⁹ Última Hora, Rio de Janeiro, ano IX, quinta-feira, 8 de junho de 1960, p. 4.

¹⁰ Idem, quarta-feira, 22 de junho de 1960, p. 4.

¹¹ O Fluminense, Niterói, ano LXXIII, 24 de junho de 1960, capa.

¹² Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, versão em CD-R

¹³ O Globo, Rio de Janeiro, ano XXXVI, quarta-feira, 29 de Junho de 1960, p. 3.

¹⁴ Última Hora, Rio de Janeiro, ano IX, sexta-feira, 17 de junho de 1960, p. 4.

¹⁵ O Globo, Rio de Janeiro, ano XXXVI, sexta-feira, 3 de junho de 1960, p. 9.

¹⁶ Novos Rumos, Rio de Janeiro, ano II, semana de 5 a 11 de agosto de 1960, p. 9.

- ¹⁷ Idem, semana de 24 a 30 de junho de 1960, p. 10/12.
¹⁸ O Globo, Rio de Janeiro, ano XXXVI, 18 de Junho de 1960, capa.
¹⁹ Última Hora, Rio de Janeiro, ano X, sábado, 18 de junho de 1960, p. 2.
²⁰ Depoimento oral prestado ao autor em 28 de maio de 2008.
²¹ O Globo, Rio de Janeiro, ano XXXVI, quinta-feira, 16 de junho de 1960, capa.
²² Idem I sexta-feira, 17 de junho de 1960, capa e p. 6.
²³ Última Hora, Rio de Janeiro, ano X, quarta-feira, 29 de junho de 1960, p. 3.

Referências

- DICIONÁRIO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Verbete Miguel Couto Filho. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009 (edição em CD, consultado em 20 de fevereiro de 2009).
- FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- _____. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: crítica e debate*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.
- _____. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRAMSCI, Antônio. *Escritos políticos (1910-1920)*. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- IAZZETTA, Osvaldo. Liberdade e regulação em sociedade de mercado: semelhanças de família em Durkheim e Polanyi. In: LIMONCIC, Flávio;
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a restinga*. Rio de Janeiro: Lidador, 1974.
- LOPES, Accioly. *Candangos de Arraial do Cabo*. Rio de Janeiro: Leitura, 1963.
- MARTINHO, Carlos Palomares (Orgs). *Os intelectuais do antiliberalismo: projetos e políticas para outras modernidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos Rio de Janeiro (1955 – 1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2008.

Walter Luiz Carneiro de Mattos Pereira

MATTOS, Marcelo Badaró *et alli*. *Greves e repressão policial no sindicalismo carioca*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2006.

NEGRO, Antônio Luigi. Paternalismo, populismo e história social. In: *Cadernos AEL – Populismo e trabalhismo*. Campinas, Unicamp/IFCH, AEL, vol. II, n. 20/21, 2004.

PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2007.

PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos. *Cabo das Tormentas e vagas da modernidade: uma história da Companhia Nacional de Alcalis – Cabo Frio (1943/1960) Arraial do Cabo*. Tese de Doutorado. PPGH/Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2009.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (Org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicalismo e classe operária In: FAUSTO, Boris (Dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, v. 10. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1966.

SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa*. Santos: PMS, São Paulo: Hucitec, 1995.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

Recebido em 27/10/2010

Aprovado em 16/05/2011